



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL E COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº /2023 (Da Sra. Talíria Petrone e do Sr. Henrique Vieira)

Requer realização de Audiência Pública conjunta nas Comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e da Comissão de Legislação Participativa para debater o papel do Conselho Tutelar diante das violências contra o direito à infância de crianças negras.

Senhor (a) Presidente:

Nos termos do artigo 24, inciso III, combinado com o artigo 255 e 256, do RICD, requiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública conjunta nas Comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e da Comissão de Legislação Participativa para debater “o papel do Conselho Tutelar diante das violências contra o direito à infância de crianças negras”.

Para esse fim, sugerimos sejam convidados os/as seguintes debatedores/as:

1. Representante do Movimento Negro Evangélico
2. Zezé Menezes, representante da Coalizão Negra Por Direitos
3. Representante da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/as e Classe Trabalhadora (UNEafro Brasil)
4. Representante da Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde (RENAFRO)
5. Representante do NOSSAS (Organização)
6. Patrícia Félix - Educadora Social, Pedagoga, Advogada Membro da Comissão de Direitos Humanos OAB Rio de Janeiro.



JUSTIFICAÇÃO

Este é um momento crucial em nossa história, onde casos de intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana têm se tornado cada vez mais frequentes, levando a disputas judiciais e, em alguns casos, à trágica perda da guarda de filhos de fiéis dessas religiões. São histórias que rasgam o tecido familiar, desencadeadas por atos de racismo religioso que têm se multiplicado nos últimos anos por todo o país, deixando especialistas e a sociedade alarmados.

A situação na Bahia é emblemática. A Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial registrou, de janeiro a julho de 2021, 19 casos de racismo religioso. Esse número correspondeu a 65% do total de denúncias feitas em todo o ano de 2020, que totalizaram 29 casos. No Rio de Janeiro, a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) recebeu, até maio deste ano, denúncias de 19 casos relacionados a religiões de matriz africana, sendo dois desses casos envolvendo crianças, o que nos causa profunda preocupação.

A frase "Parem de nos matar" tem sido repetida como um grito de socorro para denunciar as altas taxas de mortes violentas que assolam a população negra em nosso país. Numa faixa etária crítica, entre 15 e 29 anos, que concentra o maior número dessas vítimas, a proporção de mortes causadas por armas de fogo é três vezes maior entre negros do que no restante da população. Esse dado é um retrato doloroso da desigualdade e do racismo sistêmico que persistem em nossa sociedade.

Um levantamento alarmante feito pelo Instituto Sou da Paz em 2019 demonstrou que 78% das vítimas fatais de agressão por arma de fogo eram pessoas negras, enquanto elas compõem 56% da população, conforme aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A situação se agrava quando observamos que crianças e adolescentes negras de até 14 anos têm 3,6 vezes mais chances de morrer devido à violência armada do que as não negras. Entre as crianças negras vítimas de morte violenta, 61% foram assassinadas com armas de fogo, em comparação com apenas 31% no caso das crianças brancas.



Os números são estonteantes. Entre os anos de 2012 e 2019, mais de 3.000 crianças com até 14 anos e mais de 148.000 jovens com idades entre 15 e 29 anos, todos negros, foram vítimas de agressões letais por arma de fogo. Esse trágico total é cinco vezes maior do que o número de civis mortos nos conflitos no Afeganistão no mesmo período, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU). E, lamentavelmente, em 2023, continuamos a presenciar um cenário desolador, com um grande número de crianças e adolescentes negros sendo vítimas de armas de fogo, especialmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Diante de todas essas estatísticas alarmantes e da urgência da situação, é essencial que, neste ano de 2023, quando a eleição para os conselhos tutelares se aproxima, coloquemos em pauta esse tema vital. É imperativo que discutamos e aprofundemos nossa compreensão, centralizando nossa atenção nas infâncias negras, no combate ao racismo religioso, na garantia da vida das crianças negras e na proteção dos direitos reprodutivos das crianças que são vítimas de abuso, estupro e violações.

Os conselhos tutelares representam um pilar fundamental na proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade. No entanto, para que desempenhem eficazmente esse papel, é crucial que esses órgãos estejam plenamente engajados na luta contra o racismo em todas as suas formas, bem como na promoção da igualdade de direitos para todas as crianças, independentemente de sua cor de pele, origem étnica ou religião. Devendo agir como zelador dos direitos e garantir a aplicação das políticas públicas voltadas para esse público específico. Não pode ser ferramenta estatal de criminalização da pobreza e das famílias plurais, em especial as monoparentais e ou homoafetivas.

A eleição para conselhos tutelares que se aproxima deve ser encarada como uma oportunidade única de escolhermos representantes comprometidos com a defesa das infâncias negras e de todos aqueles que são vítimas de violência, discriminação e negligência do estado, família e sociedade. Devemos trabalhar em conjunto para construir um futuro mais seguro, justo e igualitário para todas as crianças brasileiras..

Neste momento crítico, cada um de nós tem um papel a desempenhar. Suas contribuições, ideias e ações são cruciais para promover uma sociedade mais justa e inclusiva para todos os brasileiros. Vamos unir nossos esforços e criar um futuro em



que todas as crianças, independentemente de sua cor de pele ou religião, possam crescer em um ambiente seguro, acolhedor e livre de discriminação.

Desta forma, solicitamos o apoio dos/das Nobres Pares para aprovação do presente requerimento de audiência pública.

Sala das Sessões, de setembro de 2023.

Deputada Talíria Petrone
PSOL/RJ

Deputado Pastor Henrique Vieira
PSOL/RJ





Requerimento de Audiência Pública **(Da Sra. Talíria Petrone)**

Requer realização de Audiência Pública conjunta nas Comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e da Comissão de Legislação Participativa para debater o papel do Conselho Tutelar diante das violências contra o direito à infância de crianças negras.

Assinaram eletronicamente o documento CD233132041100, nesta ordem:

- 1 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE

